

Revista Brasileira de Educação do Campo

The Brazilian Scientific Journal of Rural Education

ARTIGO/ARTICLE/ARTÍCULO

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n3p784>



A função social da escola do campo e os princípios filosóficos da educação para o MST: um olhar sobre a Escola José Maria

Francieli Fabris¹, Luci Teresinha Marchiori dos Santos Bernardi²

¹Instituto Federal do Paraná - IFPR. Colegiado de Pedagogia. Campus Palmas. Rodovia PRT-280. Palmas - PR. Brasil.

²Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ

Autor para correspondência/Author for correspondence: francielifabris@unochapeco.edu.br

RESUMO. O presente artigo se propõe a apresentar uma pesquisa que trata da Educação do Campo, cujo escopo consiste em problematizar a função social da escola do campo em assentamentos de reforma agrária, com o aporte dos princípios filosóficos da educação para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Especificamente, analisa como se configura a função social da escola campestre EEB José Maria, localizada no Assentamento José Maria, em Abelardo Luz, Santa Catarina, Brasil. A opção metodológica foi de um estudo de caso histórico-organizacional, através de pesquisa documental. Os dados foram organizados e apresentados em três períodos temporais: do início do acampamento à fundação da escola (1996-1998), primeiro período de funcionamento, marcado por um processo de estagnação (1999 a 2005) e a retomada da aproximação da escola com o MST (2006-2016).

Palavras-chave: Escola do Campo, Função Social, Princípios Filosóficos, MST.



The social function of the rural school and the philosophical principles of education for the MLW: a look at the School José Maria

ABSTRACT. The present article proposes to present a research that deals with Rural Education and has the scope to problematize the social function of the rural school in settlements of agrarian reform, with the contribution of the philosophical principles of education to the Movement of Landless Workers (MLW). The school is located in the Jose Maria settlement, in Abelardo Luz, Santa Catarina, Brazil. The methodological option was a historical-organizational case study, through documentary research. The data were organized and presented in three time periods: from the beginning of the camp to the foundation of the school (1996-1998), the first period of operation, marked by a process of stagnation (1999 to 2005) and the resumption of the school approach with the MLW (2006-2016).

Keywords: School of the Countryside, Social Role, Philosophical Principles, MLW.

La función social de la escuela del campo y los principios filosóficos de la educación para el MST: una mirada sobre la Escuela José María

RESUMEN. El presente artículo se propone presentar una investigación que trata de la Educación del Campo y tiene como objetivo problematizar la función social de la escuela del campo en asentamientos de reforma agraria con el aporte de los principios filosóficos de la educación para el Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra (MST). La escuela está ubicada en el Asentamiento José María, en Abelardo Luz, Santa Catarina, Brasil. La opción metodológica fue de un estudio de caso histórico-organizacional, a través de la investigación documental. Los datos fueron organizados y presentados en tres períodos temporales: desde el inicio del campamento a la fundación de la escuela (1996-1998), primer período de funcionamiento, marcado por un proceso de estancamiento (1999 a 2005) y la reanudación de la aproximación de la escuela con el programa MST (2006-2016).

Palabras clave: Escuela de Campo, Función Social, Principios Filosóficos, MST.

Introdução

O presente artigo se propõe a apresentar uma pesquisa sobre Educação do Campo, cujo escopo consiste em problematizar a função social da escola do campo em assentamentos de reforma agrária, pautada nos princípios filosóficos da educação para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

A Educação do Campo é um ato de luta frente ao contexto educacional brasileiro, tendo em vista que, historicamente, a educação foi negada para as minorias da sociedade, isto é, aos que estão às margens, como nos diz Freire (2005). Caldart (2012) refere-se à Educação do Campo protagonizada pelos próprios sujeitos trabalhadores do campo e suas organizações, que considera as questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses no embate de classe, em relação às questões de concepções políticas de educação, de formação humana e de identidade camponesa, elementos que fazem parte do cotidiano das escolas do campo.

Nosso trabalho centra-se na escola campesina de assentamento do MST, cuja construção emerge a partir de uma necessidade concreta das famílias acampadas, pelo seu entendimento sobre a importância da educação, na construção de

um modelo de sociedade mais justo a todos. Nessa perspectiva, a escola assume um papel fundamental para contribuir na formação de sujeitos com capacidades de dar continuidade ao processo organizacional do Assentamento. De acordo com o MST, a construção da educação deve ser feita de forma coletiva, organizada e sem barreiras numa escola pensada por todos, assumindo o papel fundamental para a educação campesina: ser uma possibilidade de emancipação social e formação de consciência. (MST, 2005).

Tendo como premissas a Educação do Campo e as especificidades dos povos camponeses de assentamentos, a investigação foi mobilizada a partir de dois “lugares”: nossa formação como educadora (11 anos em escola no Assentamento), militante do Setor de Educação do MST e moradora em um Assentamento e nossa formação acadêmica, como pesquisadora. De acordo com estudos de Caldart (2004), Arroyo (2012) e Frigotto (2012), entrelaçamos dois campos que promovem debate em uma perspectiva crítica acerca das realidades, das expectativas e das necessidades da classe trabalhadora. Para esses lugares, a Educação do Campo se coloca como objeto: de luta (de movimento sociais) e de análise (de pesquisadores).

É nesse cenário que constituímos como foco de estudo o processo educativo desenvolvido pela Escola Básica Municipal (EBM) José Maria, uma escola campesina do Assentamento José Maria, localizada no município de Abelardo Luz, no estado de Santa Catarina, região sul do Brasil. A pesquisa foi desenvolvida¹ com o objetivo de investigar como se configura a função social da escola, no decorrer de sua história, com base nos princípios filosóficos da educação para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Quanto à metodologia, desenvolvemos um estudo de caso histórico-organizacional, por intermédio de uma pesquisa documental, que, de acordo com Saint-George (2005, p. 30): “Apresenta-se como um método de recolha e de verificação de dados: visa acesso nas fontes pertinentes, escritas ou não, e a esse título, faz parte integrante da heurística da investigação.”

A coleta de dados ocorreu em documentos disponíveis a partir de 1998, conforme segue: 1) Publicações: a partir de documentos elaborados pelo Movimento “Por uma Educação do Campo”, que nos apresentam os debates referentes à educação, nos diferentes períodos; Cadernos do MST, n. 9, 11 e 13; 2) Debates no MST Nacional: informações em relação aos debates no MST Nacional

identificadas e organizadas, considerando-se publicações em documentos existentes nesse período; 3) Documentos da EBM José Maria: Projeto Político-Pedagógico (PPP), Termo de Criação, registros do Planejamento Coletivo e de entrevistas com pessoas da comunidade (arquivo da escola).

Os dados foram organizados e apresentados em três períodos temporais, definidos a partir de indicadores de ações desenvolvidas: do início do acampamento à fundação da escola (1996-1998), primeiro período de funcionamento, marcado por um processo de estagnação (1999 a 2005) e a retomada da aproximação da escola com o MST (2006-2016). A análise foi realizada à luz dos princípios filosóficos conceituais de educação do MST, descritos no “Dossiê MST Escola” (MST, 2005), considerados como categorias de análise dadas *a priori*.

O texto que segue está organizado em três seções: na primeira, apresentamos os princípios filosóficos da educação para o MST; na segunda, colocamos em tela o debate sobre função social de uma escola campesina de assentamento e apresentamos o percurso histórico construído pela escola José Maria. À guisa de conclusão, apresentam-se as disputas políticas e ideológicas, que marcam o processo educativo da escola, o avanço e o

regresso diante dos princípios do MST; a resistência por parte de alguns educadores em reconhecer o processo de luta que constituiu a escola, bem como a falta de identidade como espaço.

Os princípios filosóficos da educação para o MST

O MST pauta-se em princípios filosóficos que respaldam a condução para o desenvolvimento das diversas atividades realizadas pelo Movimento. De acordo com o “Dossiê MST e escola”, entende-se por princípio “... algumas ideias/convicções/formulações que são as balizas (estacas, marcos, referenciais) para nosso trabalho no MST.” (MST, 2005, p. 160). O MST considera os princípios filosóficos e pedagógicos como elementos balizadores nos processos de construção de suas ações. Apresentamos, a seguir, os princípios filosóficos para a educação para o MST, de acordo com o Caderno de Educação n. 13 (MST, 2005).

Educação para transformação social

É o horizonte que define a educação para o MST, pois considera-se o processo pedagógico como político, levando-se em consideração as questões sociais, cujos pilares principais são: justiça social, radicalidade democrática e valores humanistas e socialistas.

Para atendermos aos objetivos que esse princípio apresenta, é necessário considerar que essa educação não pode suprimir o compromisso em se desenvolver a consciência de classe. Freire nos apresenta a reflexão sobre as ações realizadas: “Ao defendermos um permanente esforço de reflexão dos oprimidos sobre suas condições concretas, não estamos pretendendo um jogo divertido em nível puramente intelectual. Estamos convencidos, pelo contrário, de que a reflexão, se realmente reflexão, conduz à prática.” (Freire, 2005, p. 59).

A contribuição de Freire elucida a proposição de uma educação para a transformação social - precisa sensibilizar, humanizar, indignar-se diante das injustiças. Ainda, precisa fazer a diferença nos espaços em que se está inserida. O educador precisa ter a sensibilidade de compreender que a escola é um espaço de possibilidades, de aproximação das relações com a comunidade, promovendo uma educação aberta para o novo, para o mundo.

A escola - a sala de aula - é um espaço onde temos a oportunidade de debater sobre os contextos da sociedade. Para Mészáros (2005), a escola tem o papel de ser mais do que um espaço que transfere conhecimentos, tem de buscar ir além dos muros da escola. A escola e a comunidade

são espaços formativos, formal ou informalmente, que possibilitam diálogos, sobre os contextos que envolvem-as. Nesse aspecto, as escolas campesinas, oriundas de lutas coletivas, apresentam as especificidades da luta, que são elementos de formação. A memória da história precisa ser mantida, articulada aos contextos atuais, e contribuindo na assimilação dos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade.

Educação para o trabalho e a cooperação

A educação que o MST acredita tem em seus princípios educação para o trabalho e a cooperação, um projeto alternativo de sociedade que busca o desenvolvimento do campo considerando as necessidades e os interesses dos trabalhadores. A cooperação é um elemento estratégico para a construção de novas relações sociais e melhor desenvolvimento das famílias, e à escola cabe capacitar para a cooperação. O “Boletim de Educação do MST n. 1” diz que:

Por mais que a gente seja consciente, corajoso, inteligente, a gente nunca consegue enfrentar o inimigo sozinho. Ninguém conquistou a terra sozinho. Ninguém educa sozinho. Ninguém vai transformar a sociedade sozinho, mas podemos fazer tudo isso se aprendermos a nos organizar e

agir coletivamente. (MST, 1992, p. 3).

Defende que nenhum avanço, nenhuma conquista acontece se não houver a força de muitas mãos, o esforço de muitas mentes, as opiniões de muitas pessoas, a transformação e as mudanças só têm sentido se fizerem diferença na vida das pessoas. Esse é o objetivo da coletividade, da organização, dos debates e das tomadas de decisões conjuntas, fazer a diferença e a mudança na vida dos sujeitos. Mas considera que esses têm de fazer parte do processo, participar dos debates, para serem protagonistas da história. De acordo com o “Boletim de Educação n. 4” (MST, 1994), “é preciso juntar o estudo com trabalho”. Um dos objetivos do MST é a escola do trabalho, mas à luz do trabalho socialmente educativo, coletivo e cooperado.

Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana

Também chamada de educação omnilateral, uma educação voltada para as várias dimensões do desenvolvimento do ser humano, sua formação política, social, econômica, organizativa, moral, cultural e afetiva, entre outras. “Educação omnilateral, abrange a educação e emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são

simplesmente dados pela natureza. O que é especificamente humano neles é a criação deles pelo próprio homem.” (Frigotto, 1981 *apud* Mészáros, 2005, p. 181).

A emancipação do ser humano é um processo que acontece gradativamente, todas as situações educam ou deseducam, de acordo com o contexto. Para Frigotto (2012), o trabalho é uma atividade desenvolvida por todos os seres humanos, de maneira que o ser produz e reproduz a si mesmo, o trabalho precisa ser compreendido a partir de seu princípio educativo, partindo dessa significação para adentrar as questões da profissionalização, uma vez que esta faz parte da vida das pessoas.

Assim, a língua que falamos, os valores, os sentimentos, os hábitos, o gosto, a religião ou crenças e os conhecimentos que incorporamos não são realidades naturais, mas uma produção histórica. São os seres humanos em sociedade que produzem as condições que se expressam no seu modo de pensar, sentir e de ser. (Frigotto, 2012, p. 266).

Todos os fatos existentes são produções históricas, que possuem consigo uma bagagem ideológica que vem de acordo com as forças de determinado contexto. Atualmente, organizar os educandos em filas lembra a organicidade da ditadura militar. Nessa contramão, o MST tem como princípio quarto:

O ensino corresponde ao momento de repasse dos conteúdos da teoria. É através do ensino que os alunos entram em contato com o conhecimento já acumulado pela humanidade nos vários campos da vida humana. São teorias que outras pessoas formulam a partir da prática delas. Conhecendo estas teorias podemos entender e melhorar a nossa prática, sem ter que inventar a roda novamente. (MST, 1992, p. 9).

Embora de maneira bastante simples, tal pressuposto é significativo, uma vez que deixa claro um segundo objetivo do MST, em relação a sua proposta de educação: socializar o conhecimento elaborado pela ciência. A proposta do MST não desconsidera em nenhum momento os conhecimentos já existentes, mas tem como objetivo potencializá-los com as realidades em que os sujeitos estão inseridos, bem como, busca garantir que todas as pessoas tenham acesso a esse conhecimento.

Educação com/para valores humanistas e socialistas

Somos sujeitos capazes de aprender e reaprender, mas, para isso, a escola precisa estimular, potencializar o processo educativo, desafiar os estudantes a construir e não aceitarem qualquer situação, ter na sua ideologia o princípio de proporcionar aos educandos serem sujeitos protagonistas de sua história. Para

Mészáros (2005, p. 13), “Educar não é a mera transferência do conhecimento, mas sim conscientização e testemunho de vida. É construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades.”

O MST desafia-se em pensar uma educação que valorize os sujeitos e o conhecimento que esses trazem de suas vivências, considerando que a escola faz parte de um sistema, e, nesse contexto de sociedade capitalista em que está inserido, apresenta limites para romper com a proposta que o sistema educacional apresenta.

Nos últimos anos, o cenário educacional apresentou mudanças significativas, mas não o suficiente para recuperar o atraso provocado pelo abandono que historicamente existiu. No entanto, a busca para a educação gratuita e de qualidade ainda é ponto de pauta nas lutas dos trabalhadores e trabalhadoras, principalmente do campo.

A escola pode desenvolver atividades específicas que permitam estabelecer a relação entre a memória e história, que ajudem a compreender a nossa vida própria como parte da história e a ver cada ação ou situação numa perspectiva histórica, quer dizer em um movimento entre passado, presente e futuro, em suas relações com outras ações, situações, totalidade. (Caldart, Stedille & Daros, 2015, p. 130).

De acordo com os movimentos sociais, os processos formativos formais ou não formais fazem parte da constante luta travada em prol da classe trabalhadora, na busca de uma transformação social, em que não existam tantas diferenças sociais, econômicas e culturais. Para isso, é preciso ter clareza de que a escola não se movimenta sozinha, a comunidade faz parte dessa dialética, outros órgãos e espaços da sociedade também devem estar presentes nessa elaboração. A escola campesina, originada da luta dos movimentos sociais, tem um compromisso ainda maior, precisa garantir que a história seja relatada, lembrada e respeitada por aqueles que dela fazem parte.

Educação como um processo permanente de formação/transformação humana

Todo processo educativo passa por transformações, a desconstrução e a construção de novos conhecimentos possibilitam aos sujeitos uma nova visão e abertura para novas possibilidades de contribuir para a sociedade, num processo de humanização e sensibilização diante das injustiças e limites apresentados na sociedade.

O papel da escola do campo é também contribuir na formação política. A

educação nos movimentos, no MST,
sugere ir além dos muros da escola:

Uma das tarefas essenciais da escola, como centro de produção sistemática de conhecimento, é trabalhar criticamente a inteligibilidade das coisas e dos fatos e a sua comunicabilidade. É imprescindível, portanto, que a escola instigue constantemente a curiosidade do educando em vez de ‘amaciá-la’ ou ‘domesticá-la’. É preciso mostrar ao educando que o uso ingênuo da curiosidade altera a sua capacidade de achar e obstaculiza a exatidão do achado. É preciso, por outro lado, e sobretudo, que o educando vá assumindo o papel de sujeito da produção de sua inteligência do mundo e não apenas o receptor da que lhe seja transferida. (Freire, 2005, p. 122-123).

Os espaços escolares precisam, mais do que formalmente, desenvolver seu papel de “transmissores” de conhecimento, desafiar o estudante a ser sujeito da produção de sua inteligência, de maneira que reconheçam sua capacidade de intervir, construir, desafiar-se como intelectuais, e não como simplesmente receptores. O horizonte das lutas sociais vai muito além dos assentamentos; um sujeito consciente poderá intervir em qualquer espaço, pois são muitos os desafios para a classe trabalhadora.

O papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a auto mudança consciente dos indivíduos

chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. (Mészáros, 2005, p. 65).

De fato, o papel da educação é ir além das paredes da escola, instigar o desenvolvimento de condições objetivas, que proporcionem a criticidade e consciência nos sujeitos.

Os princípios, acima, apresentados são o fio condutor da concepção de educação do MST, que visa desenvolver nas suas atividades práticas, valores, que contribuam organicamente no processo de construção de uma sociedade mais justa. Assim, a função de uma escola, pautada nesses princípios, tem em sua organicidade a base da construção coletiva, pensada e desenvolvida por todos.

A função social de uma escola campesina de assentamento

A instituição escolar é um dos espaços considerados mais importantes pela sociedade, haja vista a finalidade atribuída àquela - formação humana, social e cultural, e espera-se que essa dê condições para os estudantes desenvolverem-se como sujeitos sociais, políticos, críticos e autônomos, mais humanos, que valorizem o ser e suas relações sociais.

Libâneo (2004) afirma que as instituições escolares precisam ter um

sistema de organização, estruturado e organizado, para que possa dar conta dos objetivos dos quais as mesmas estão se dispondo a alcançar, assim, precisam estar definidos e assumidos pela instituição. Nesse sentido, a participação da comunidade escolar é importante para validar as atividades desenvolvidas pela escola.

A coletividade é ponto fundante das escolas do MST. De acordo com o “Caderno de Educação n. 1” (1992), o papel da escola funda-se em contribuir no processo de educação coletiva, no qual as crianças, desde pequenas, possam ter condições objetivas de participação.

A escola é um espaço coletivo, e, por isso, precisa ser pensando por todos, e assumido por todos. O ser humano está em constante processo de formação e construção, e a escola torna-se a instituição que intervém, intencionalmente, nesse processo de desenvolvimento do ser humano. A relação construída por educandos, educadores, numa constante troca de experiência, agrega-se à educação novos valores, construídos a partir dos sujeitos envolvidos.

A organização do trabalho pedagógico da sala de aula e da escola ficou cada vez mais padronizada, esvaziando os profissionais da educação sobre as categorias do processo pedagógico, de forma a cercar um possível avanço progressista no interior da escola e

atrelar esta instituição às necessidades da reestruturação produtiva e de crescimento empresarial. (Freitas, 2014, p. 1092).

Em suma, cabe à educação desempenhar o papel de possibilitar aos sujeitos condições para ampliar os horizontes em relação às questões políticas, econômicas e sociais que envolvem a vida. No entanto, em muitos momentos, a escola torna-se um instrumento de reprodução do sistema empresarial, de interesses técnicos e reprodutivistas de mão de obra.

Todos os espaços são educativos, dentre estes, os espaços de trabalho. Cada local educa para uma perspectiva. À medida em que as pessoas trabalham, também criam relações com as demais pessoas e ambientes. Conforme o “Boletim de Educação n. 4”, o envolvimento com a sociedade gera novas necessidades, a exemplo: lazer, alimentação diversificada, cultura, leitura, conhecer outros lugares, frequentar festas, enfim, aprender mais sobre o mundo e a vida. A escola, em si, é responsável pela transmissão/assimilação de conteúdos universais e pela articulação entre saber popular e conhecimento escolar sistematizado.

Passamos a olhar para o conjunto do movimento, (e não somente para a escola), com a preocupação de enxergá-lo em sua dinâmica histórica (que inclui a escola), e que

conseguimos compreender que a educação pode ser mais que a educação, e que a escola pode ser mais que escola, à medida que sejam considerados os vínculos que constituem sua existência nessa realidade. (Caldart, 2004, p. 222, grifo no original).

Para o MST, a educação é compreendida como algo que vai além dos espaços escolares, é entendida como o estudo para contribuir e intervir nos diversos espaços da sociedade, de maneira organizativa para que pessoas possam auto-organizar-se nas questões políticas, culturais, sociais. Nesse sentido, concordando com D'Agostini (2009, p. 14):

Reivindicamos uma educação de classe por entender que no atual modelo de produção da vida há uma negação do conhecimento à classe trabalhadora, impedindo assim o avanço da luta de classes por falta dos elementos necessários para pensar e compreender a realidade atual.

Assim, defendemos a importância da educação pública e de qualidade para a classe trabalhadora, que considere seus conhecimentos para contribuir no avanço da própria classe. Nessa vertente, o Boletim n. 4 apresenta a seguinte afirmação:

O MST, enquanto organização de trabalhadores que lutam pela Reforma Agrária, precisa ter na escola um instrumento a serviço dos desafios que esta luta coloca a todos

nós. A escola também precisa ajudar para que o assentamento dê certo. E também precisa ajudar para que a organização avance ou para que uma ocupação dê resultados. (MST, 1994, p. 10).

A função social de uma escola campesina, localizada em espaços de reforma agrária, está ligada ao processo de luta pelo qual a mesma teve sua origem. Consoante a isso, é importante que a mesma considere tal processo histórico e o envolvimento dos sujeitos que a frequentam.

A educação, historicamente, apresenta-se no campo das disputas, pois é entendida como um perigo para classe dominante. De acordo com Veiga (2007, p. 11), “Pela história da educação é possível indagarmos sobre as disputas políticas e culturais de ideias e de concepções, bem como sobre as dinâmicas de conflito vivenciadas pelos grupamentos humanos e expressas em suas diferenças étnicas, de classe social, gênero e geração.”

Os espaços escolares podem ser potencializados para a construção de conhecimento e cultura, no sentido de aprimorar os ensinamentos, para que a escola não seja um simples local onde os educandos façam-se presentes para aprender a ler e escrever. Para Arroyo (2012), a escola cumpre sua função social e cultural na medida em que articula organicamente as dinâmicas da vida real

com a cultura dos povos camponeses, sua cultura, suas práticas, suas crenças.

Um olhar sobre o percurso histórico construído na Escola José Maria

A Escola Básica Municipal (EBM) José Maria está localizada no Assentamento José Maria, município de Abelardo Luz, região oeste de Santa Catarina. É importante ressaltar que esse município foi o local da primeira ocupação por famílias de trabalhadores após o MST estar oficialmente organizado no Brasil, no ano 1985. Conforme exposto pelo Sistema Integrado de Gestão Ater (SIGRA), Abelardo Luz é conhecido por ser um dos maiores municípios do País em quantidade de famílias assentadas e o maior do Sul do Brasil, onde vivem aproximadamente 1.500 famílias, distribuídas em 23 assentamentos.

O Assentamento José Maria se constituiu a partir da ocupação da Fazenda Congonhas, no dia 24 de dezembro de 1996. A luta pela terra iniciou como objetivo principal da organização das inúmeras famílias, e junto com ela, a luta pela educação. Assim, no acampamento, em um barracão coberto de lona, a EBM José Maria iniciou seu funcionamento como escola multisseriada, com educadoras do grupo. Como atendia somente da 1ª a 4ª série, os demais

estudantes estudavam no município de Palmas (PR), e, posteriormente, no assentamento, vizinho, denominado 25 de Maio. As dificuldades de deslocamento eram inúmeras, devido à distância entre as comunidades, provocou a mobilização das pessoas para que se organizassem e criassem uma escola no assentamento.

A comunidade, representada pelos seus líderes iniciou uma série de contatos e negociações com a administração municipal e o INCRAⁱⁱ, onde esta cedeu um velho casarão, o prefeito juntamente com a secretaria de educação incumbiram-se da parte legal e a comunidade ficou responsável pelas modificações na parte interna do casarão. Então, no dia 27 (vinte e sete) de fevereiro de 1998, passou a funcionar a ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL JOSÉ MARIA, autorizada pelo decreto 221/98. (Escola Básica Municipal José Maria, 2000, p. 22).

A entrega da chave do casarãoⁱⁱⁱ, para as famílias transformarem aquele espaço em sala de aula, foi o início da concretização de um sonho e o marco para a existência de escola José Maria. A organização do casarão foi tarefa dos próprios estudantes e da comunidade, uma vez que o poder público se responsabilizou com as questões burocráticas para iniciar as aulas. A história da escola tem suas raízes na luta dos trabalhadores e trabalhadoras Sem-Terra que buscaram, com a luta pela terra, também a educação, para que suas crianças tivessem um espaço

próprio para estudar no acampamento, (posteriormente assentamento), e passa por vários momentos em seu processo de construção.

Apresentaremos, na sequência, momentos importantes ao longo do tempo, evidenciando neles os pressupostos da função da escola e as relações que estabelecemos com os princípios filosóficos.

O percurso da escola está organizado em três momentos: o primeiro que trata do processo de luta até 1998; em seguida, o período de 1999 a 2005, que definimos como um momento de poucos avanços na escola no sentido de práticas que consideram os princípios do MST; um terceiro período, de 2006 a 2016, momento de várias retomadas, iniciativas e experiência de trabalho pedagógico.

A conquista da escola: a luta até 1998

A história da educação no MST consolida-se desde a época do acampamento, pela necessidade que as famílias acampadas apresentam em proporcionar para as crianças a possibilidade de frequentar a escola, uma vez que se entende que precisa de formação de consciência e entendimento das disputas existentes na sociedade para se ter clareza e dar continuidade à luta. Nesse sentido, “... entender a educação produzida nas dinâmicas dos movimentos sociais, como

MST é também buscar entender como a escola pode participar dos processos de transformação social.” (Hobsbawm, 1998 *apud* Caldart, 2004).

Concordando com o autor, entendemos que a escola, aproveitando-se dos ensinamentos que os movimentos sociais possuem, pode contribuir no processo de conscientização e formação de uma sociedade com menos desigualdades sociais.

A EBM José Maria é fruto de uma luta de muitas famílias, a partir das dificuldades encontradas, mas com o desejo de ver os filhos frequentando a escola, com condições mais seguras e com menos dificuldades em relação ao deslocamento. Conforme a nota de esclarecimento do Processo de criação da Escola Básica Municipal José Maria:

Funciona provisoriamente na casa da Fazenda Congonhas e em mais duas salas construídas pela comunidade para sanar as necessidades deste determinado momento, haja visto que um número elevado de alunos, cerca de 237, encontra-se fora da escola, desde outubro de 1996, quando das invasões de terras^{iv} ocorridas nesta região. (Escola Básica Municipal José Maria, 1998, p. 6).

A organicidade da comunidade contribuiu de maneira prática na organização do espaço físico para sanar a demanda de sala de aula, urgente para aquele momento, pois já fazia algum

tempo que os alunos estavam fora da escola, devido às dificuldades de acesso, o que causava cuidados dos pais em relação ao deslocamento desses.

Se a comunidade organizada pode contribuir no trabalho braçal, também pode ter espaço nas discussões políticas pedagógicas da escola, na construção/atualização do Projeto Político-Pedagógico, nos conselhos de classe, nos planejamentos. Nesse sentido, as ações da escola estariam de acordo com as necessidades concretas da comunidade do campo, ou da cidade, enfim, da localidade que a escola está inserida. Tratando-se das escolas do campo, oriundas da luta pela terra e reforma agrária, é função social da escola provocar, discutir e valorizar a história desses espaços.

Período de 1999-2005: estagnação do processo

A educação no MST compreende que a função da escola do campo, além de garantir o acesso ao conhecimento científico, historicamente acumulado, é também valorizar os princípios que sustentam a organicidade do movimento, desde seu surgimento. Tratando-se da busca da *Educação para transformação social*, essa se apresenta como horizonte que define a educação no MST, pois considera o processo pedagógico como político, levando-se em consideração as

questões sociais e tendo como pilares principais: justiça social, a radicalidade democrática e os valores humanistas e socialistas.

Em relação à EBM José Maria, no ano de 2000, em processo de consolidação e organização de uma proposta pedagógica, apresenta como filosofia:

As diferenças existentes no comportamento modelado em sociedade resultam da maneira pela qual os homens organizam as relações entre si, que possibilitam o estabelecimento das regras de conduta e dos valores que nortearão a construção da vida social, econômica e política. Uma vez que o homem é um ser social, tem uma individualidade que o distingue dos demais e uma característica perfeita e nobre que é a capacidade de produzir sua própria história. Procurando a construção histórica de uma sociedade cada vez mais justa com participação de todos na distribuição das riquezas produzidas por ela. Com uma visão global de mundo busca o domínio das ciências e da filosofia, através da reflexão, criatividade, articulação, ação coerente e tolerante. A Escola é o instrumento da sociedade de fundamental importância, visto que a mesma possui os mecanismos necessários às mudanças ou mesmo à conservação da estrutura social. A ciência é a base das decisões que influenciam as mudanças de comportamento e avanços sociais, geralmente são camadas dominantes científicas às camadas populares é negar-lhes o direito e a possibilidade de compartilhar o poder. O estado representa o povo, é governado por alguém escolhido dentre o povo. Cabe-lhe então, viabilizar a oferta e o acesso da escola para todos os cidadãos ou não haverá cidadania.

Uma escola que tenha o compromisso de transferir o conhecimento científico acadêmico universal sem deixar de lado o conhecimento empírico, mesclando-o para que os alunos possam reelaborar novos conceitos conquistando a forma lógica e científica de pensar. (Escola Básica Municipal José Maria, 2000, p. 4).

A filosofia da Escola apresenta a importância que essa tem em sua função social, no processo de formação do sujeito, bem como a relevância do conhecimento científico associado ao conhecimento empírico. O acesso e a oportunidade para que todos possam frequentar a escola, de maneira que as diferenças sociais e as injustiças existentes possam ser diminuídas já na escola. Que não seja mais um espaço de reprodução das desigualdades.

Nesse sentido, entendemos que a educação, uma vez que se propõe em sua filosofia considerar o empírico, e fazer relação com o científico, a questão do *Trabalho e da cooperação* precisa ser debatida, de maneira que atividades teóricas e práticas estejam inseridas no currículo escolar, pois as questões do trabalho estão diretamente ligadas à vida das pessoas.

A função social da escola, no debate de um projeto/modelo de sociedade, que busca o desenvolvimento do campo considerando as necessidades e os interesses dos trabalhadores, precisa fazer

interação com as questões práticas ligadas ao trabalho. A cooperação é um elemento estratégico para a construção de novas relações sociais e melhor desenvolvimento das famílias.

Atividades cooperadas fortalecem e potencializam as atividades, pois os objetivos são comuns, únicos e visam atender as mesmas metas. A coletividade, o cooperativismo possibilita a articulação nas comunidades, principalmente nas questões de produções. E esse é um espaço bem oportuno para a educação desenvolver suas práticas pedagógicas de trabalho e cooperação.

Nesse sentido, o currículo é fundamental para garantir que os objetivos político-pedagógicos sejam alcançados, bem como para a necessidade de planejar a partir da realidade de cada espaço escolar. Assim, sobre o currículo da EBM José Maria:

O currículo será organizado em conformidade com a legislação específica, norteados pela Secretaria Municipal de Educação, encaminhados ao Conselho Municipal ou Estadual de Educação para devida aprovação. As atividades escolares constarão de aulas práticas e teóricas, palestras, conferências, exposições de exercícios ou trabalhos, bem como outros que obtiveram a formação integral do educando. (Escola Básica Municipal José Maria, 2000, p. 17).

O MST, em seus princípios de educação, infere que a relação entre a

teoria e a prática, no processo de constituição do ser, faz-se necessária para formação em sua plenitude, no sentido de proporcionar o acesso aos diversos conhecimentos; a educação integral em sua plenitude, dando possibilidade a este, identificar-se de acordo com as habilidades que mais se desenvolvem em si, visualizando a preparação para o trabalho.

Para nós escola é mais do que aula e aula é mais do que repasse de conhecimento, de conteúdos. Faz parte da aula o sair da sala para a leitura de uma paisagem, por exemplo. Faz parte da Escola a produção de um ambiente educativo que perpassa todas as atividades realizadas. (MST, 1999, p. 22).

A escola, conforme afirmado anteriormente, conquistada por um coletivo, precisa ser pensada/acompanhada por ele. Entende-se que as instituições são coordenadas pelas Secretarias de Educação e fazem parte de um projeto macro, no entanto, no nível micro, os educadores carecem de se organizarem para pensarem as especificidades da escola.

Acerca do planejamento, o Projeto Político-Pedagógico do ano de 2000 afirma que:

O planejamento será elaborado em consonância com os objetivos da escola, baseados nos Parâmetros Curriculares Nacionais e na Proposta Curricular de Santa Catarina. Serão aplicados de forma flexível buscando assim, na prática transformar as

ações juntando e socializando o empírico ao científico e reelaborando novos conhecimentos. Cada professor fará seu planejamento anual deixando uma cópia na secretaria a disposição de qualquer pessoa que interessa-se pela verificação do mesmo. (Escola Básica Municipal José Maria, 2000, p. 21).

A EBM José Maria, no período de 1999 até 2005, teve suas práticas desenvolvidas baseando-se somente nos encaminhamentos vindos da Secretaria de Educação. Não se encontra na escola registros de atividades que tenham a participação do MST. Atividades que, como diz a filosofia da escola, venha ao encontro o científico com o empírico, nesse caso, o empirismo está na luta pela conquista da escola, a valorização das pessoas como sujeitos daquele espaço. E nesse sentido observa-se um afastamento, ou pouca participação, do MST na escola.

A participação dos educadores da escola no Setor de Educação do MST era praticamente inexistente. A partir do ano de 2006, a direção estadual do Setor de Educação passou a convidar todos os educadores da escola para participarem das reuniões, de forma que, aos poucos, alguns começaram a se inserir, mas ainda precisa ser ampliada.

Sobre as atividades que fazem parte da organicidade do MST, como encontro dos Sem Terrinhas e Encontro de Educadores,

não se tem registros da participação da escola.

Diante de tais elementos, pode-se dizer que a escola passou por um período do qual não “valorizou” em suas práticas escolares, ou ao menos não tem registros, das atividades voltadas à origem da escola.

Período de 2006-2016: uma nova fase

O período de 2006 a 2016 foi marcado por mudanças significativas. Em relação ao cenário nacional, foi um momento de grandes expectativas para a classe trabalhadora, mudanças políticas fazem com que os movimentos sociais assumam, junto ao governo federal, um posicionamento de defesa ao projeto político de esquerda, uma vez que, esse ainda com todos os limites que possui, foi o que mais contribui para a diminuição das desigualdades sociais. O Setor de Educação do MST possui a prática de desenvolver atividades, das quais possibilitam momentos de reflexão sobre as questões educacionais, a exemplo disso, as formações e seminários, partindo da necessidade de constantemente estar dialogando entre os pares. Também se realiza no Movimento parcerias com instituições federais com cursos de graduação e pós-graduação específicos fortalecendo o debate sobre a Educação do Campo, e visando aprofundar o diálogo

sobre as especificidades referente à educação campesina.

A EBM José Maria também passou por momentos importantes, fatos que marcam a história dessa instituição de ensino. Conforme mencionada, a conquista da escola ocorreu a partir da luta das famílias acampadas e assentadas. O processo foi evoluindo gradativamente, de maneira que, cada vez mais, buscaram-se melhorias nas condições de acesso aos diferentes níveis de ensino. Nesse período, o MST passa timidamente a ocupar espaço na escola. A bandeira do MST, um dos principais símbolos de luta, vai para o mastro pela primeira vez na escola, no ano de 2005.

A coordenação do Setor de Educação toma como prática enviar convite a todos os educadores das Escolas dos Assentamentos para as reuniões do setor, essas que acontecem de maneira geral no início do ano para planejamento das atividades e no final para avaliação. Essa iniciativa fez com que pessoas que estavam chegando às escolas comessem a integrar-se no processo, tomando conhecimento do funcionamento orgânico, bem como apropriando-se dos debates políticos que o movimento possui.

A partir do ano de 2005, a escola passa a participar e a desenvolver mais ativamente atividades que fazem referência

e resgatam a memória da história e do movimento, e tem um avanço importante na proposta pedagógica. No ano de 2010, o Projeto Político-Pedagógico passa por um estudo/reestruturação promovido com a participação do coletivo de educadores. Está cunhado em sua introdução:

Apresenta este projeto Político Pedagógico-PPP, construído de forma coletiva envolvendo educandos, educadores, pais e a comunidade escolar em geral amparado pelo parecer Nº 405 de 14/12/2004 que estabelece diretrizes para elaboração do PPP, o mesmo reafirma a autonomia considerando o contexto sócio-educacional de cada escola de acordo com a sua inserção e contexto histórico dos sujeitos que formam este estabelecimento. (Escola Básica Municipal José Maria, 2010, p. 4).

A compreensão da elaboração de um Projeto Político-Pedagógico (PPP) fez a diferença nesse processo de construção (em contraponto de receber um projeto pronto da Secretaria de Educação), uma vez que a participação do coletivo da escola proporciona que cada sujeito se sinta protagonista do processo.

O PPP da escola, pela primeira vez, faz referência à Educação do Campo: apresenta como objetivo ser elaborado pautando-se nos princípios da Educação do Campo e apresentado legalmente nas diretrizes. São princípios da Educação do Campo:

I - Respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II - Incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III - Desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV - Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e

V - Controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo. (Escola Básica Municipal José Maria, 2010, p. 4-5).

Tais princípios trazem explícita a intencionalidade de uma educação que atenda a diversidade dos estudantes inseridos na escola, considerando-se os diversos aspectos sociais, econômicos, culturais, bem como a entender o ser humano nas suas múltiplas dimensões.

A abertura para a construção de um PPP com a participação da comunidade é

um subsídio para, com base nas informações coletadas no diagnóstico da realidade, pensar o projeto pedagógico da escola, reforçar a identidade da escola na articulação dos conteúdos curriculares com as metodologias utilizadas, bem como o respeito com as especificidades da agricultura, sendo possível a abertura no calendário escolar para as adequações de acordo com as questões climáticas e da agricultura.

Nesse sentido, o coletivo responsável pela construção do projeto da escola carrega em seu objetivo clareza sobre esse, que em poucas linhas tem uma intencionalidade quanto à proposta de ensino e aprendizagem da escola. Esse processo de construção que se inicia na escola é desafiador ao sistema, pois se coloca na contramão daquilo que se tem como educação.

A escola tem como metodologia o desenvolvimento das atividades coletivamente, envolvendo o grupo de educadores, bem como os educandos, para a realização das atividades.

O projeto pedagógico da escola apresenta princípios referentes ao que se pretende com a educação. Ampara-se em teóricos para fundamentar sua proposta. Assim, acredita que a escola deve propiciar ao nosso educando oportunidades planejadas que favoreçam o desenvolvimento de capacidades,

habilidades e atitudes que o transformem num cidadão.

Em 2006, a escola passa a participar, de maneira efetiva, das atividades desenvolvidas pelo MST. Podemos destacar nesse período, também, a participação dos educadores em atividades do MST como Encontros de Educadores, Sem Terrinha, entre outras. A proximidade de alguns educadores com o setor oportuniza o debate na escola dos temas discutidos no movimento. Pensava-se, a partir desse ano, a escola com olhar mais aprofundado dos princípios do MST.

O ano de 2010, para a Escola José Maria, foi marcado por uma retomada proposta alternativa de educação, que se acredita para uma escola de assentamento. Pauta-se em atividades que buscam considerar a realidade do campo. Nesse período, a escola organizou-se em grupos de educadores e alguns projetos foram desenvolvidos, como: viveiro, horta, lixo, embelezamento, recreio e leitura. Em cada conteúdo trabalhado, há tentativa de se articular com os conteúdos e atividades práticas.

No ano de 2012, a escola foi contemplada com recurso oriundo do governo federal, denominado de PDE-Interativo. Esse recurso, destinado a ações que viessem contribuir no processo ensino-aprendizagem, elencou, em seu plano de

ação, formação continuada para os educadores, uma vez que esta se apresentava como demanda pelos próprios educadores, desde o levantamento realizado no ano de 2010. Buscando uma reorganização da proposta pedagógica da escola, retomou-se o estudo do projeto político-pedagógico, agora com assessoria de uma educadora da Universidade Federal de Santa Catarina. Dá-se continuidade à construção do PPP com a manutenção de seus objetivos, acréscimo de alguns elementos e avança-se na organização da escrita do próprio documento. Com base nesses estudos, no ano de 2014, foi organizado o trabalho pedagógico com a temática Agricultura Familiar. E apresentou alguns subtemas que foram discutidos e elencados juntamente com os educadores, visando articular as temáticas com os conteúdos e a realidade local.

A profundidade do estudo e do planejamento coletivo, a participação de todos os integrantes da escola, assim como a tentativa de aproximação dos conteúdos com as temáticas e a realidade local, foram iniciativas importantes, com a finalidade de aproximação da proposta de escola, com os princípios e objetivos de educação que o MST apresenta.

Nesse sentido, busca o debate sobre a própria agricultura, proporcionando novas visões sobre a questão agrícola, que

possibilite para as famílias orientações em relação ao manejo na agricultura, visando melhoria e permanência, principalmente, dos jovens no campo.

Considerando uma forte indicação das famílias sobre o desenvolvimento da prática da agricultura familiar, o coletivo da escola, a partir dos estudos dos projetos político-pedagógicos, inicia um planejamento por temas. O primeiro tema abordado foi agricultura familiar, que se subdividia em outras temáticas, sendo que, cada professor, em sua disciplina, buscava fazer a adequação dos conteúdos.

Tal experiência evidencia a consideração do ser humano, dos sujeitos do processo, de maneira a considerar as questões materiais e históricas. A organização dos conteúdos apresenta um esforço coletivo em pensar o currículo da escola, de maneira a articular conhecimento empírico e científico, considerando elementos da realidade dos estudantes.

No ano de 2015, a escola deu continuidade à organização do currículo, pautada nos planejamentos coletivos, utilizando-se dos temas e subtemas, bem como dos dados coletados a partir de visita nas famílias dos estudantes: na escola, foram organizados grupos de pessoas e realizada a divisão dos assentamentos para ser feita a visita; depois, sistematizados os

elementos levantados e socializadas com todo o coletivo da escola, lapidados os temas centrais que nortearam o trabalho pedagógico nesse ano. Em 2016, a temática trabalhada na escola foi alimentação saudável.

À guiza de conclusão

O presente estudo buscou compreender como se configura a função social da Escola do Campo José Maria, considerando o delineamento da proposta educativa em seus documentos e como se modificaram, ao longo do tempo, uma leitura do percurso histórico construído na escola, abordada a partir dos princípios filosóficos de educação para o MST.

Os resultados da pesquisa permitiram compreender os processos de disputas internas que houve na escola José Maria, bem como limites encontrados para pensar uma organização pedagógica diferenciada e a efetivação da mesma. Tais limites têm entre seus elementos mobilizadores o fato de que alguns educadores são contrários à organização do MST, não se reconhecem e não têm identidade com aquele espaço escolar campesino. A escola apresentou uma proposta educativa, pautada em estudos coletivos e abordando às temáticas definidas pelo grupo junto com as demandas apresentadas pela comunidade, até o ano de 2016, posterior a essa data a

instituição retoma suas práticas, de maneira comum aos demais estabelecimentos de ensino.

Foi possível compreender também que as disputas político-ideológicas estão muito presentes na escola, evidenciadas com a colocação e retirada da bandeira do MST do espaço da escola, fato esse que está diretamente ligado à troca de governo na Prefeitura Municipal.

O processo pedagógico é a umas das ferramentas que a escola pode utilizar para a formação de novas novas opiniões, construção de sujeitos, que tenham possibilidades críticas de analisar as questões emergentes colocadas na sociedade. Diante disso, entende-se a necessidade de se pensar o processo pedagógico considerando-se as emergências que estão presentes no contexto local e diretamente ligadas aos estudantes.

Apresentaremos, a seguir, uma sistematização referente aos períodos apresentados no decorrer do trabalho, elucidando a função social da escola à luz dos princípios de MST.

No *primeiro período* denominado *a conquista da escola: a luta até 1998*, expõe a questão da educação num processo de trabalho e cooperação, pois foi nessa lógica de trabalho coletivo que a escola se consolidou. A organização das famílias, a

cooperatividade dessas, fez com que, a partir de suas organização, conquistassem a escola. As atividades da EBM José Maria iniciam num processo de cooperação, apresenta-se, aqui, o segundo princípio do MST, *educação para o trabalho e cooperação*. Também nesse processo pode se dizer que a luta pela conquista da escola se dá numa de *educação para a transformação social*, pois, para o MST, a oportunidade e o acesso à educação são essenciais para a continuidade na luta.

No *segundo período* de 1999-2005: estagnação do processo, observa-se que a escola desenvolve atividades baseadas nos encaminhamentos da Secretaria Municipal de Educação. O processo vai se dando de maneira formal, sem estabelecer relação com os que ajudaram na construção da escola, pois não há registros de atividades que façam qualquer relação ao MST. Marco importante nesse período é a bandeira do MST ser colocada no mastro da escola. Símbolo da luta e militância para esses sujeitos.

Num *terceiro período* de 2006-2016 apresenta-se então *uma nova fase*. Nesse momento a escola iniciou um processo de resgate dos valores e princípios do MST e uma reorganização pedagógica da escola foi-se desenhando, iniciando-se no ano de 2011. Ações como reformulação do PPP, estudos a partir do PDE interativo,

planejamento coletivo, planejamento pautado em temáticas voltadas à demanda da comunidade escolar, como: agricultura familiar no ano de 2014 e escola do/no assentamento no ano de 2015. Em 2016, a temática perpassava pelo questão da alimentação saudável.

As atividades relacionadas à luta, de militância e formação política fazem parte do contexto das escolas do campo, frutos de uma organização social. No caso da escola pesquisada, é fruto da luta dos trabalhadores rurais sem-terra. Assim, a escola tem como função, nesse contexto, participar e ajudar na organização das mobilizações, que tem cunho social.

Ainda no período entre 2006 e 2016, observou-se nos planejamentos da escola uma preocupação em contemplar temáticas que discutiam questões de dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais. Destaca-se aqui a abordagem aos princípios do MST, pois considera o ser humano em sua plenitude, e em suas diferentes dimensões, considerando os valores que esses possuem, numa perspectiva de transformação social.

O MST foi o berço do nascimento da EBM José Maria. A partir dos ensinamentos do processo histórico do movimento, imbricado com o da escola, deixamos alguns apontamentos que seguem: i) A escola precisa ser um espaço

aberto para o estudo, a formação, a construção coletiva, essa é a riqueza e o diferencial de um espaço que teve como sua base a construção e luta coletiva de um grupo de famílias que almejavam o mesmo objetivo. A bandeira do MST é símbolo que faz parte da história da escola, e assim deve permanecer no espaço. A troca da administração municipal não dá o direito de tentar apagar ou negar a história da escola. A história da escola é a história de luta de várias pessoas que ali residem;

ii) As atividades desenvolvidas pela escola constituem a memória do espaço escolar. É importante valorizar e cuidar do registro das ações empreendidas. Citamos, como exemplo, os registros realizados pelos educandos na disciplina de história, que constituíram fontes de pesquisa para a realização desse trabalho.

As observações apresentadas podem servir de contribuições para futuras pesquisas, que tenham como foco o estudo da escola campesina. As contradições apresentadas servem de estudo e debate para educadores, que buscam, na educação popular, construir coletivamente as propostas de educação nas escolas do campo, considerando as demandas, a diversidade e respeitando a história daquele espaço.

Referências

Arroyo, M. G. (2012). Formação de Educadores do Campo. In Caldart, R., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da educação do campo* (361-367) Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz; São Paulo, SP: Expressão Popular.

Caldart, R. S. (2004). *Pedagogia do movimento sem terra*. São Paulo, SP: Expressão Popular.

Caldart, R. S et al. (2012). *Dicionário de educação do Campo*. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz; São Paulo, SP: Expressão Popular.

Caldart, R. S., Stedille, M. E., & Daros, D. (2015). *Caminhos para a transformação da escola: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo*. São Paulo, SP: Expressão Popular.

D'Agostini, A. (2009). *A educação do MST no contexto educacional brasileiro*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Bahia, Bahia.

Escola Básica Municipal José Maria. (1998). *Processo de criação do Ensino Fundamental*. Abelardo Luz, SC: Escola Básica Municipal José Maria.

Escola Básica Municipal José Maria. (2000). *PPP – Projeto Político Pedagógico*. Abelardo Luz, SC: Escola Básica Municipal José Maria.

Escola Básica Municipal José Maria. (2010). *PPP – Projeto Político Pedagógico*. Abelardo Luz, SC: Escola Básica Municipal José Maria.

Freire, P. (2005). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

Freitas, L. C. (2014). Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. *Educação & Sociedade*, 35(129), 1085-

1114.

DOI:

<http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302014143817>

Frigotto, G. (2012). Educação omnilateral. In Caldart, R. et al. (Org.). *Dicionário da Educação do Campo* (267-274). Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz; São Paulo, SP: Expressão Popular.

MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (1994). *Boletim de Educação n. 4: Escola, trabalho e cooperação*. São Paulo, SP: Setor de educação.

MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (1992). *Caderno de Educação n. 1: Como fazer a escola que queremos*. São Paulo, SP: Setor de Educação.

MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (1999). *Caderno de Educação n. 9: Como fazemos a escola de educação fundamental*. São Paulo, SP: Setor de Educação.

MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (2005). *Caderno de Educação n. 13: Dossiê MST escola:*

documentos e estudos 1990-2001. São Paulo, SP: Setor de Educação.

Libâneo, J. C. (2004). *Gestão e organização da escola: teoria e prática*. Goiânia, GO: Alternativa.

Mészáros, I. (2005). *A educação para além do capital*. São Paulo, SP: Boitempo.

Saint-George, P. (2005). Pesquisa e crítica das fontes de documentação nos domínios econômico, social e político. In Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J. P., Maroy, C., Ruquoy, D., & Saint-Georges, P. (Orgs.). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais* (15-47) Lisboa: Gradativa.

Veiga, C. G. (2007). *História da educação*. São Paulo, SP: Ática.

Sites consultados

<http://www.cartacapital.com.br/politica/brasil-tem-latifundios-70-mil-deles-1476.html>

<http://www.dicionarioetimologico.com.br/escola-liceu>

<http://www.mst.org.br/2016/09/26/o-papel-da-reforma-agraria-popular-no-brasil.html>

ⁱ A dissertação denominada “A Função Social da Escola do Campo e os Princípios Filosóficos do MST: o caso da Escola José Maria”.

ⁱⁱ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

ⁱⁱⁱ Casa da fazenda, onde foi utilizada para a sala de aula, antes da construção do prédio oficial da Escola Básica Municipal José Maria.

^{iv} O termo “invasão de terras” aparece nos documentos oficiais da Escola. Essa terminologia não é utilizada pelo MST. No entanto, as questões documentais foram feitas pela secretária de educação e prefeitura municipal.

Informações do artigo / Article Information

Recebido em : 15/02/2018

Aprovado em: 14/05/2018

Publicado em: 12/09/2018

Received on February 14th, 2017

Accepted on May 14th, 2018

Published on September, 12th, 2018

Contribuições no artigo: As autoras foram os responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final a ser publicada.

Author Contributions: The authors were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version to be published.

Conflitos de interesse: As autoras declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Orcid

Francieli Fabris



<http://orcid.org/0000-0002-3800-8679>

Luci Teresinha Marchiori dos Santos Bernardi



<http://orcid.org/0000-0001-6744-9142>

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Fabris, F., & Bernardi, L. T. M. S. (2018). A função social da escola do campo e os princípios filosóficos da educação para o MST: um olhar sobre a Escola José Maria. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 3(3), 784-809. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n2p784>

ABNT

FABRIS, F.; BERNARDI, L. T. M. S. A função social da escola do campo e os princípios filosóficos da educação para o MST: um olhar sobre a Escola José Maria. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 3, n. 3, set./dez., p. 784-809, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n2p784>